

## **LEI Nº 1.254/2018**

### ***PROÍBE A EXIBIÇÃO DE PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO URBANO, EXCETO QUANDO SE TRATAR DE EXIBIÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA A DIVULGAÇÃO DE EVENTOS DE INTERESSE PÚBLICO OU COMUNITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - mobiliário urbano: o conjunto de elementos acessórios à infraestrutura implantados pelo Município ou por empresas privadas autorizadas pela municipalidade, que ocupam os espaços públicos e cuja função urbanística seja de circulação e transportes, ornamentação da paisagem e ambientação urbana, descanso e lazer, serviços de utilidade pública e outros que se enquadrem nesta categoria;

II - espaço público urbano: o conjunto de lugares de domínio coletivo, geridos pela administração pública municipal, vedada a sua utilização privada sem a devida autorização.

**Art. 2º** A exibição de publicidade em peças do mobiliário urbano e espaço público urbano dependerá de permissão de uso a ser outorgada pelo Município, mediante processo licitatório, cujas regras serão definidas em Edital, exceto quando se tratar de exibição de caráter temporário, para a divulgação de eventos de interesse público ou comunitário, que deverá observar o disposto nesta Lei.

**Art. 3º** A exibição de publicidade em peças do mobiliário urbano e espaço público urbano, quando se tratar de exibição de caráter temporário, para a divulgação de eventos de interesse público ou comunitário, somente poderá acontecer nos 30 (trinta) dias que antecedem ao respectivo evento.

**Art. 4º** A publicidade de promoção de eventos de interesse público ou comunitário deverá ser removida do mobiliário urbano ou espaço público urbano no prazo de 10 (dez) dias, após a realização do respectivo evento.

**Art. 5º** O desrespeito a qualquer dos dispositivos desta Lei implicará a remoção da publicidade do mobiliário urbano ou espaço público urbano, bem como a aplicação de multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por peça publicitária (cartaz, faixa, placa, etc.) removida, a qual poderá ser majorada para R\$ 100,00 (duzentos reais) por peça publicitária removida, no caso de reincidência.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 17 de dezembro de 2018.

**Gilberto Orlando Dorigon**  
**Prefeito Municipal**